

do-se ao Visconde de Ouro Preto, anunciou-lhe a deposição do gabinete, alegando que era preciso vingar o Exército das gravíssimas injustiças e ofensas recebidas. Declarou que só o Exército sabia sacrificar-se pela Pátria, aludindo aos serviços que êle, Deodoro, prestara no Paraguai, onde, segundo disse, passara três dias e três noites combatendo dentro de um lodaçal — “sacrifício que V. Exa. não pode avaliar”.

O Visconde de Ouro Preto que ouvira serenamente, sem um gesto, as palavras inflamadas que

terminaram por anunciar a sua detenção e a do Conselheiro Cândido de Oliveira, Ministro da Justiça, até serem deportados para a Europa, assim respondeu ao vencedor :

— Não é só no campo de batalha que se serve a Pátria e por ela se fazem sacrifícios. Estar aqui ouvindo o general neste momento não é somenos a passar alguns dias e noites num pantanal. Fico ciente do que resolve a meu respeito. É o vencedor; pode fazer o que lhe aprouver. Submeto-me à força.

Haroldo Ickes e a burocracia

O Sr. Harold Ickes, Secretário do Interior dos Estados Unidos, publicou no “New York Overseas Weekly”, de 16 de janeiro deste ano, um artigo em defesa do combatido burocrata — o homem que, na opinião do Senhor Ickes, faz o Governo e a Indústria funcionar.

Ê esse artigo que, devidamente autorizados, reproduzimos a seguir.

“Três termos particulares de opróbrio vêm sendo aplicados ao conjunto da Administração americana atual e a alguns de seus membros em particular. O primeiro dêles é o termo *braintruster*. O segundo, que vem sendo repetido há muitos anos é *New Dealer*. O termo corrente, agora, pronunciado entre-dentes, apesar de não ter nenhuma letra sibilante, é “burocrata”. Ninguém tem cometido o êrro de chamar-me *braintruster*, e, embora me tenham chamado por todos os nomes consignados num dicionário de termos desagradáveis, tenho surgido automaticamente, na lembrança de muitos, quando alguém diz *New Dealer* ou *burocrata*.

Apesar de tôdas as afirmações contrárias a “Burocracia”, assim como o casamento, é um “estado honroso”, ou pelo menos deve sê-lo, ainda que em certas circunstâncias não o seja. Não se pode negar que existe um sistema de burocracia no governo, não só no Federal, mas ainda no Estadual, e, até certo ponto, no Municipal. Teríamos um caos político se assim não fôsse. Mesmo um prefeito político ou um delegado de polícia precisam encarar o problema da “administração eficiente”, que nunca poderiam conseguir se afastassem do

trabalho todos os funcionários do partido político oposto, que encontrassem em exercício ao tomar posse, porque é justamente o *burocrata*, o profissional experimentado e competente, embora às vezes demasiado deliberativo, que faz, com sua ação continuada, a máquina governamental funcionar.

O MÉTODO DE ICKES

Conheço melhor o Departamento do Interior do que qualquer outra repartição do governo; portanto, é sobre êle que vamos conversar. Quando assumi a pasta fiz pouquíssimas mudanças. Naturalmente os que ocupavam cargos políticos, como secretários assistentes e mais um ou dois, resignaram. Houve um alto funcionário do gabinete do Procurador cuja resignação foi bem recebida por mim porque eu não apreciava muito a sua atitude em relação aos índios, êsses complicados, oprimidos e trapaceados protegidos do Governo. Mas, de um modo geral, mantive em exercício os principais chefes departamentais e êles, por sua vez, conservaram seus auxiliares imediatos, porque sempre me pareceu que, se eu queria chefes responsáveis pelo trabalho de seus respectivos setores, não poderia impor-lhes auxiliares que não desejassem.

Nunca, nem uma vez, indaguei de um funcionário se pertencia ao partido Republicano ou ao Democrático. Tudo que queria saber era se se tratava de uma pessoa competente e leal, não à nova administração democrática, mas ao Governo. Sempre suspeitei que a maior parte de meus chefes de departamento era republicana.

NENHUMA DISPENSA SÚBITA

Imaginem a desordem que seria hoje o Departamento do Interior se eu tivesse dispensado centenas de funcionários. Tornou-se meu propósito — embora cometendo naturalmente alguns erros, que retifiquei sem perda de tempo, logo que foram descobertos — nomear somente pessoal competente. Durante quase 11 anos só fiz mudanças quando as considere absolutamente justas e quando surgiam vagas; em todos os casos escolhi os novos funcionários tomando por base sua capacidade e sem qualquer preocupação de ordem política. Mantive este princípio como Secretário do Interior, como Administrador das Obras Públicas, e, mais recentemente, como Administrador do Petróleo, Administrador de Combustíveis Sólidos e como Coordenador do Pescado. Se tenho obtido algum sucesso a causa tem sido a minha política de selecionar pessoal tomando por base sua capacidade de produção de bom trabalho para o povo, e não seu mérito ou sua influência política.

Mesmo assim o Departamento do Interior é uma burocracia, e, como tal, está cheio de burocratas. E, francamente, não vejo como poderia funcionar se assim não fôsse. O burocrata num departamento, da mesma maneira que um vendedor numa farmácia, sabe em que prateleira pode encontrar o medicamento necessário, indicado na receita.

A CONFUSÃO DAS MUDANÇAS

Seria um verdadeiro inferno, se toda vez que houvesse mudanças na administração, um exército de funcionários novos viesse aprender, com os antigos, qual era exatamente o seu trabalho e como deveria executá-lo. Estou certo de que um organismo como o que dirijo, com quase 50.000 funcionários, seria um escândalo público se seus encargos não fôsem confiados, como acontece de um modo quase geral, a pessoas que têm trabalhado no Departamento do Interior durante longos anos e que conhecem, não somente o seu próprio serviço, mas também sabem orientar os novos funcionários nas suas obrigações.

Há aqueles que só concebem uma burocracia em termos de serviço federal, o que é um modo de pensar muito superficial. Toda grande empresa é necessariamente uma burocracia. E não poderia ser grande empresa se não fôsse uma burocracia, ou, sendo-o, logo fracassaria pela falta de

elementos de continuidade, nada deixando de si além de pedaços desarticulados para serem varridos e postos fora.

Creio que será um choque para alguns dos meus demagógicos amigos que vivem clamando contra a “burocracia”, saber que a “General Electric Company”, a “General Motors”, a “Pennsylvania Railroad”, a “United States Steel Corporation”, a “E. I. du Pont de Nemours”, a “Ford Motor Company” e milhares de outras companhias tão “sem coração” e tão “dignificadas” como estas, são, realmente, “burocracias”.

Parece que há alguma diferença entre os dois tipos de *burocrata* em que podemos ser classificados — o público e o particular. Se somos do tipo *público* pouco há que dizer em nossa defesa porque em qualquer ocasião aqueles que gostariam de ter esses cargos, por verem nêles oportunidades de “boa vida”, gritariam tão alto que se tornaria impossível ouvir qualquer protesto em nossa defesa.

NÃO HÁ PONTO DE APOIO

Se não temos um ponto de apoio, nada adianta a competência com que desempenhamos nossas funções, porque somos apenas *burocratas* no mais baixo sentido da palavra e urge que sejamos banidos a bem do serviço público. Se somos burocratas particulares passamos a ser “mandachugas”, honra para nosso país e exemplos brilhantes do que representa saber aproveitar as oportunidades que a América a todos oferece.

Mas, coloquemos um *burocrata* particular num cargo público — mesmo temporariamente — em Washington. Desde logo êle passa a ser considerado tão ameaçador e ineficiente quanto todos nós, na opinião daqueles que pensam que o Governo é a única organização de caráter burocrático, e que, além disso, também acreditam que, mesmo sem nenhuma experiência nesse tipo de serviço, seriam mais competentes e realizariam melhor o serviço do que aqueles que dêle estão incumbidos.

Tudo isso não tem nexo algum, mas faz muito barulho e causa bastante descontentamento, coisas que dispensaríamos de bom grado”.

(Tradução da Secção de Intercâmbio da D.A.)

Fayol e a Ciência da Administração

Uma reunião de estudos promovida pela Biblioteca do DASP em homenagem à memória do criador da Ciência da Administração

No dia 19 de novembro de 1925 faleceu em Paris, com a idade de 84 anos, o célebre engenheiro industrial francês Henri Fayol, justamente conhecido como o creador da Ciência da Administração. Por motivo da passagem do 19.º aniversário de sua morte a Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público promoveu uma reunião de estudos em homenagem à obra de Fayol, reunião que teve lugar no Auditório do Ministério da Educação e Saúde, às 17 h e 30 m do dia 22 de novembro p.p.

Essa reunião, que versou sobre a Teoria Administrativa de Fayol, tal como se acha exposta no livro "Administration Industrielle et Générale", revestiu-se de cunho original, pois que nela tomaram parte vários oradores, cada um se incumbindo de apresentar ao auditório um dos elementos que, segundo o fundador do Centro de Estudos Administrativos, de França, constituem a função de gerir qualquer empresa, seja particular ou governamental.

O Sr. Luiz Simões Lopes, presidente do D.A.S.P., que também presidiu a reunião, fez, perante o au-

ditório, uma exposição geral de teoria fayoliana. A seguir falaram, nessa ordem e sobre um dos elementos constitutivos da função administrativa, o Sr. Alfredo Nasser (Planejamento), a Sra. Beatriz Marques de Souza Wahrlich (Organização), os Srs. Anibal Maya (Comando), Benedicto Silva (Coordenação) e Cesar Cantanhede (Contrôle).

A reunião durou 1 h e 10 m, havendo o Senhor Luiz Simões Lopes, que fez, como dissemos, uma exposição geral da Teoria Administrativa de Fayol, percorrido durante 20 minutos e, os demais, durante 10 minutos cada um. O conjunto das contribuições dos diversos expositores formará um *simposium* da obra de Fayol, a ser oportunamente editado pelo Serviço de Documentação do Departamento Administrativo do Serviço Público.

A iniciativa da Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público serviu para demonstrar como a Administração, no Brasil vai aos poucos se libertando do empirismo e adotando o método preconizado pelo próprio Fayol, e que consiste em "observar, recolher, classificar e interpretar os dados. Em suma — instituir experiências e deduzir regras".